

Visita ao Projeto Kaiowá-Nandeva (PKN) - 17-21 de julho de 1.984

Programa:

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data <u> </u> / <u> </u> / <u> </u>
Cod. <u>GID00011</u>

- 17/07 - 3º - tarde - chegada
 noite - reunião com a equipe
- 18/07 - 4º - manhã - reunião com a equipe
 tarde - visita à Aldeia de Limão Verde e Amambai
- 19/07 - 5º - manhã - reunião com a equipe
 tarde - visita à Aldeia de Rancho Jacaré
- 20/07 - 6º - manhã/tarde - Aldeia de Rancho Jacaré
 noite - reunião com a equipe
- 21/07 - sab.manhã - partida para Vila S. Pedro (Dourados)

-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-

Algumas referências básicas a respeito dos Guaranis Kaiowá e Nandeva e do PKN:

Os índios Guaranis, dos povos Kaiowá e Nandeva, habitavam imemorialmente vastíssimas regiões do Mato Grosso, Paraguay e Sul do Brasil. Apesar de falarem basicamente a mesma língua, tem traços culturais bastante próprios que os tornam profundamente distintos, p.ex.: na utilização de seu território. Enquanto entre os Nandeva e M'byá (um 3º povo Guarani) se nota forte movimento migratório de fundo religioso em direção ao litoral (o que em certa medida explica sua presença ao longo de todo litoral do Estado de S. Paulo até Espírito Santo), entre os Kaiowá esta perambulação se limita mais às áreas tradicionais entre aldeias.

No Mato Grosso, o primeiro contato dos Guaranis com o branco se deu provavelmente através das Bandeiras que partiam de S. Paulo em busca de ouro e pedras preciosas e mão de obra escrava para os canaviais. Foram catequisados pelos Jesuítas e em meados do século passado, por seu intermédio, se deu sua migração forçada para as regiões abaixo do Rio Apa, que é onde se encontram atualmente. Não tiveram envolvimento direto com a guerra do Paraguay, ao contrário por exemplo, dos índios Terena. No atual Mato Grosso do Sul, então coberto de vastíssimas

florestas, foram atraídos pelas frentes de exploração da erva-mate sob controle da Cia. Mate-Laranjeira (nos dias de hoje uma das maiores empresas agro-pecuárias do Mato Grosso do Sul), fixando-se próximo aos portos fluviais de embarque da erva-mate (Porto Lindo, Porto Sossoró, etc.). Algumas destas áreas foram posteriormente a partir dos anos 20, transformadas em Reservas indígenas, que é onde vivem atualmente a maioria dos Guaranis Kaiowá e Nandeva. No entanto, grande parte da população Guarani vive fora das Reservas demarcadas em vastas áreas que tradicionalmente habitam e que vem sendo ocupadas pela expansão das fazendas agro-pecuárias.

Destinada a ser o "Celeiro do Brasil", por ser uma região considerada ideal para a agricultura mecanizada em larga escala, a implantação das fazendas de agro-pecuária no Mato Grosso do Sul vem sendo responsável pela expulsão destes Guaranis de seus últimos redutos em seu "habitat" tradicional e pela devastação das florestas imensas que um dia originaram o nome do Estado de Mato Grosso.

É em meio a estes índios, meio a esta realidade que se desenvolve o trabalho do Projeto Kaiowá-Nandeva, iniciado em 1.976, pelo Antropólogo Rubem de Almeida, com apoio inicial do Fundo Samuel, com o objetivo de fortalecer estas comunidades na organização necessária para fazer frente a suas maiores necessidades. Pelo seu trabalho vem dando uma contribuição decisiva para o restabelecimento da agricultura de subsistência destes Guaranis, pela organização de grupos de roça dentro das reservas, como alternativa concreta à dependência crescente em relação à "changa" (trabalho mal remunerado nas fazendas) como base para sua subsistência. Este trabalho vem sendo desenvolvido em 6 aldeias: Takuapiry, Ramaña, Jacarey, Limão Verde, Amambai e Rancho Jacaré - nestas últimas 3, desde o ano passado. Há perspectivas de ser retomado na Aldeia de Pirajuy, de onde se retiraram em 1978 em função de um grave conflito interno nesta aldeia.

Atualmente a equipe é formada por: Celso Aoki - coordenador, Paulo Pepe, ambos com formação em antropologia, Israel - técnico agrícola e Cleyton recém chegado ao PKN com formação na área de economia. Contam com a assessoria de Rubem de Almeida, Carlos Alberto Ricardo (CEDI-SP) e João Pacheco (Museu Nacional - RJ), e no ano passado G. Grunberg, B. Meliá e Gilberto Azanha contribuíram para uma avaliação do PKN após 7 anos de existência.

Seu trabalho vem sendo possível graças ao apoio que vem recebendo da ADB (Diaconato Mundial-Holanda) e PPM (Pão para o Mundo-Alema nha). A base do trabalho é em Amambai e contam com 1 Pick-up Toyota e 1 caminhão médio Mercedes Benz como infra-estrutura do Projeto.

Nestas reservas, além do PKN, se fazem presente também a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) responsável oficialmente pela proteção aos indígenas, a Missão Kaiowá, da Igreja Presbiteriana (Takuapiry, Ra

ma, Amambai e Jacarey) e Missão Alemã (Deutsche Indianer Pionier Mission) na Aldeia de Pirajuy, e o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) da Igreja Católica, em Jacarey.

A FUNAI, movida pelo ideal da assimilação dos indígenas à Sociedade Nacional, o que na prática vem representar sua destruição como povo, desenvolve projetos econômicos de produção voltados ao mercado regional, além de prestar precária assistência à saúde e educação nas reservas. As Missões, voltadas para a conversão dos indígenas ao cristianismo de uma forma que na prática implica na aniquilação de sua identidade como indígenas, atuam também no campo de assistência à saúde e educação. O CIMI, comprometido com a auto-determinação dos indígenas, desenvolve também um trabalho de apoio à agricultura, além de representar um forte apoio para a organização das lideranças destas comunidades e na denúncia de injustiças e irregularidades cometidas contra estas comunidades.

Mediante este quadro e pela própria prática do PKN junto às comunidades Guaranis onde atua, "orientando-se pelo projeto histórico dos próprios índios e em respeito a seu próprio ritmo e etapas" conforme observação de (G.Grünbègg e B.Meliá em sua avaliação do PKN em 1983), fica claro que as comunidades Guaranis do Mato Grosso do Sul vem encontrando no PKN, junto com o CIMI, seu mais forte aliado na garantia de seu direito à auto-determinação como povo indígena e no desenvolvimento das condições concretas indispensáveis à viabilização deste direito.

Objetivos da visita ao PKN:

O Fundo Samuel vem contribuindo a nível de intermediação no relacionamento do PKN com a ADB e PPM, e também servindo de canal para envio dos recursos, já que o PKN ainda não constituiu personalidade jurídica própria.

O atraso no envio dos relatórios referentes ao ano de 1983 e a apresentação do plano de trabalho para a continuidade do projeto, acompanhado do orçamento referente, poderia em breve comprometer o fluxo de recursos para a continuidade do trabalho. Isto aliado ao fato de o projeto durante 1983 e 1984 não ter tido nenhum contato direto com representantes da ADB e PPM, nos motivou a fazer esta visita com o intuito de nos colocarmos a par do andamento deste trabalho e contribuir para o encaminhamento das questões mais urgentes.

- Assuntos abordados nas reuniões com a equipe:

- Andamento do trabalho nas Reservas

Não cabe aqui fazer um relato completo do trabalho desenvolvido, o que será feito em relatório da própria equipe. Importante é mencionar

que o PKN com base em solicitações crescentes, expandiu seu trabalho para 3 novas aldeias: Amambai, Limão Verde e Rancho Jacaré, utilizando-se do próprio volume de recursos disponíveis para o trabalho nas 3 aldeias que já vinham atendendo.

O envolvimento do PKN com a aldeia de Amambai se deu a partir de meados do ano passado em função de um surto de sarampo que provocou a morte de mais de 50 crianças sem que houvesse uma atuação efetiva da FUNAI para detê-lo. O PKN foi insistentemente procurado pelas lideranças desta aldeia, buscando sua intervenção no problema, no que tiveram uma atuação bastante positiva. A troca de "capitão" (liderança máxima na aldeia) reavivou o interesse da comunidade pelo desenvolvimento da agricultura dentro da reserva, completamente paralizada nos últimos anos, e o PKN vem sendo solicitado a participar deste processo vindo de encontro a esta solicitação na medida de suas possibilidades e de acordo com um plano que vem sendo elaborado em conjunto com os grupos interessados. Nossa rápida visita à reserva, onde pudemos conversar com o capitão Maurício confirma este empenho por parte da nova liderança indicando também a importância de os índios terem maior participação em relação à utilização dos recursos destinados pela FUNAI a cada aldeia no atendimento de prioridades definidas pelos próprios índios.

Acreditamos que também neste campo o PKN vem tendo um papel importante pela sua própria prática e forma de encaminhar seu apoio junto aos índios. No caso da Aldeia de Limão Verde a participação do PKN vem sendo solicitada na resolução da questão de terras, já que esta pequena reserva foi apenas decretada e ainda não demarcada, resultando na invasão da área, por fazendeiros vizinhos. Paralelamente o PKN vem contribuindo para o reavivamento da agricultura de subsistência na aldeia de terras extremamente pobres, levando sua população a sobreviver exclusivamente da "changa", tanto que o trabalho de roças no ano passado foi totalmente levado a cabo por grupos de mulheres. A visita à aldeia e a conversa com seu capitão Adolfinho serviu para constatar de perto esta situação que faz com que o PKN se proponha a contribuir para novas alternativas de cultura melhor adaptadas ao solo local p.ex.: amendoim, sementes nativas de feijão, etc..

O envolvimento do PKN com a aldeia de Rancho Jacaré se deu exatamente na resolução de um conflito de terras que já vinha se arrastando há muitos anos entre uma comunidade Guarani que tinha lá seu habitat tradicional e uma das fazendas da Cia. Mate-Laranjeira. Após muitas tentativas frustradas por parte do fazendeiro de expulsar de "suas" terras esta comunidade Guarani, e outras tentativas frustradas de sua transferência pela FUNAI para outras reservas (os índios sempre retornavam à sua terra) foi possível chegar a um acordo que resultou na demarcação de duas pequenas reservas, a do Rancho Jacaré e Guaimbé. O PKN acompanhou de perto este processo e vem agora prestando sua colaboração no desenvolvimento da agricultura nesta reserva e para a comercialização da erva-mate abundante nesta região, possibilitando o atendimento das necessidades desta comunidade sem ter que recorrer à changa. Nossa visita à aldeia de Rancho Jacaré, onde pudemos conversar "

longamente com o capitão Alcides e conhecer de perto o processo de coleta e preparo da erva-mate, nos impressionou vivamente como sinal concreto de quão pouco é necessário para que uma comunidade indígena viva bem. Este pouco se resume numa só palavra: Terra, terra em seu habitat tradicional em extensão suficiente para permitir a vida destas comunidades de acordo com suas tradições. Se isto é (ainda) o caso de Rancho Jacaré, não o é com certeza em relação as outras reservas superpovoadas com as terras já em processo de esgotamento, tornando-as improdutivas.

Nas 3 outras aldeias onde o PKN atua, há diversos anos é possível se constatar uma crescente independência dos grupos em relação ao apoio fornecido pelo PKN em forma de sementes, ferramentas e provistas, o que vem sendo favorecido pelos critérios que orientam este fornecimento, fruto do entendimento direto com os grupos envolvidos. Acreditamos que o PKN pelo seu trabalho vem dando uma contribuição decisiva para o reavivamento da agricultura de subsistência nestas comunidades. Sua prática vai de tal forma alicerçada sobre a vontade e a forma de organização própria destas comunidades que o nível de produção alcançado suportaria a continuidade desta agricultura de subsistência mesmo sem a presença contínua de PKN. A continuação desta presença se justifica acima de tudo pela ampliação desta experiência para novos grupos nestas comunidades e pela importância de sua presença política junto aos índios como aliados, em condições de fortalecer estas comunidades perante a presença e atuação no mais das vezes alienante da FUNAI e das Missões.

- Continuidade do PKN - principais desafios:

Acabamos de mencionar a importância da atuação do PKN no reavivamento da agricultura de subsistência. No entanto, esta forma tradicional de agricultura a cada dia mais se torna insuficiente para fazer frente às necessidades destas comunidades, considerando-se a extensão de terras disponíveis. Esta realidade está também apontada na avaliação realizada por G. Grunberg e B. Meliá, resultando em diferentes recomendações, as quais cabe à equipe do PKN responder com propostas concretas a serem incluídos em seu plano de trabalho.

O grande desafio está a nosso ver no fato de que o desenvolvimento de alternativas econômicas está intimamente vinculado ao desenvolvimento de formas alternativas de organização que encontram fortes obstáculos na dinâmica interna dos grupos e da comunidade como um todo. Isto coloca a nosso ver a exigência de que as alternativas a serem desenvolvidas estejam o mais próximo possível ao que já vem sendo realizado pelos próprios índios, p.ex.: em relação ao melhor aproveitamento da erva-mate, ou da própria changa, como está recomendado na avaliação mencionada.

Está em discussão a aquisição de um trator para possibilitar melhor aproveitamento das terras disponíveis. Somos de opinião que diferen-

tes fatores justificam a presença do trator nestas aldeias (erradicação de capim colônio, sapé, revitalização do solo, etc.). No entanto, não vemos no trator um elemento que possa ser plenamente assimilado pelas comunidades, inclusive a nível de manutenção e reposição, o que desaconselha a nosso ver, sua utilização sistemática, mas sim ocasional não se concentrando em apenas uma aldeia, mas sim na prestação de serviços ocasionais indispensáveis a diferentes grupos em diferentes aldeias. Isto com o intuito de se evitar uma dependência crescente da comunidade em relação a instrumentos que não tenham condições de assumir autonomamente.

A experiência de implantação de uma roça experimental em Ramada com a participação dos próprios índios, nos pareceu uma experiência bastante positiva, apesar das dificuldades encontradas na sua realização, como forma de demonstrar concretamente a viabilidade de formas alternativas de agricultura. Pareceu-nos uma experiência a ser retomada, e durante a visita deixamos a sugestão de que se possibilite ao Israel, como técnico agrícola, eventualmente acompanhado de uma 2ª pessoa da equipe, conhecer de perto experiências alternativas no campo da agricultura que possam oferecer subsídios concretos para o trabalho junto aos índios.

Nossa impressão é que a qualidade técnica-econômica do trabalho (na formulação e desenvolvimento de propostas alternativas a nível econômico) se encontra relativamente defasado em relação à qualidade antropológica do projeto (forma de encaminhar o trabalho junto aos índios, dimensão política), talvez como resultado da própria constituição da equipe. A situação inversa seria realmente desastrosa, o que vem justificar a priorização dada na constituição da equipe, mas não deve impedir que esta defasagem seja avaliada buscando sua superação.

- Questão de terras - assessoria jurídica:

A questão de terras é vital para a sobrevivência destas comunidades e como tal vem sendo assumida pelas lideranças destas comunidades, constando também como recomendação primeira na avaliação de G.Grunberg e B.Meliá: "apoiar as comunidades na organização da existência contra despojo de terras e acompanhá-los na recuperação de terras já invadidas, dentro ou fora das reservas constituídas".

As comunidades Guaranis do MS vem encontrando no PKN e no CIMI seus mais fortes aliados nesta luta, a que vem dando grande contribuição, sendo crescentemente solicitado neste sentido.

Para melhor atender a esta prioridade se busca constituir uma Assessoria Jurídica em condições de orientar e participar no processo de retomada das terras invadidas, e na demarcação das áreas a que tem direito. A realização desta proposta encontra seu maior obstáculo na real disponibilidade do advogado contactado para este fim, sobrecarregado com seus próprios compromissos profissionais.

Está em discussão a contratação de 1 advogado recém-formado, real-

mente motivado para trabalhar neste campo com a assessoria de juristas mais experientes (Corpo Jurídico da CPI-SP.-Dalmo Dallari, p.ex.), o que nos parece uma proposta valiosa para superação do impasse criado no encaminhamento desta questão.

A nova direção da FUNAI e a orientação que vem sendo dada ao menos temporariamente a esta instituição, desperta nova esperança de real avanço neste campo. Rubem de Almeida foi convidado a assessorar a presidência da FUNAI em relação aos índios Guaranis, o que caso se efetive, vem reforçar a inda mais esta esperança.

- Plano de Assistência à Saúde:

Está em discussão a atuação do PKN em relação à saúde da população Guarani da região, especialmente com relação ao combate da tuberculose que continua fazendo muitas vítimas no seio destas comunidades.

Um convênio entre FUNAI e Missão Kaiowá, estabelece que os casos de tuberculose devem ser tratados no hospital da Missão, em Dourados, o que desperta enorme resistência dos pacientes que não querem se afastar da convivência com seus familiares, escondendo a doença ou fugindo do hospital. A proposta em discussão é de desenvolver um programa de prevenção e atendimento domiciliar da tuberculose a nível da própria comunidade como alternativa à assistência hospitalar existente neste campo, que vem se demonstrando relativamente ineficaz.

A proposta em si nos parece válida e bem justificada, e a OXFAM se propõe a contribuir financeiramente para sua implantação. No entanto, sua implantação deverá ser avaliada em função da sobrecarga de responsabilidades implícitas na expansão do programa de trabalho do PKN de forma a assegurar o bom desenvolvimento do programa em andamento. Também nos parece essencial considerar o encaminhamento de forma a não deteriorar o relacionamento entre PKN e as Missões, que consideram a questão de saúde como seu campo de atuação específica, reconhecendo como campo de atuação do PKN a área agrícola.

- Relação PKN - ADB/PPM:

O atraso nos relatórios e na apresentação do plano de trabalho se justifica pela sobrecarga de compromissos quanto a elaboração de relatórios para a FUNAI, pareceres para o CIMI, além do envolvimento em questões de toda ordem com que se defronta no cotidiano do trabalho. Isto vem exigir uma grande auto-disciplina da equipe para atendimento dos compromissos a nível das agências.

Ficou acertado que no prazo mais breve possível seja elaborado o relatório de atividades sobre o ano agrícola de 1983, junto com o plano de continuidade do PKN para o ano agrícola de 1984 e previsão para o futuro, a companhia do orçamento correspondente. Neste plano de trabalho serão também consideradas as recomendações da avaliação de G.Grünberg e B.Meliá.

A cada 3 meses se enviará prestação de contas ao Fundo Samuel, reg

responsável pelo repasse dos recursos que cuidará de seu encaminhamento a ADB e PPM.

- Dossiê sobre a Experiência PKN no âmbito do indigenismo brasileiro:

Com o objetivo de documentar a experiência do PKN em todos os seus aspectos, tendo em vista a sua importância no âmbito do indigenismo brasileiro atual, foi enviada às agências uma proposta de liberação de uma pessoa para assumir a sua elaboração conforme recomendação constante na avaliação de G.Grünberg e B.Meliá. Tal iniciativa se justificou pelo destaque do PKN como experiência prática de "indigenismo antropológico" com vistas à divulgação desta experiência como contribuição concreta ao indigenismo brasileiro em geral.

No entanto, a nosso ver, a proposta necessita ainda de mais amadurecimento em relação a forma em que se vai viabilizar esta divulgação, para que não fique restrito apenas ao círculo já suficientemente informado a respeito do assunto. Consideramos também que outras experiências vem sendo desenvolvidas no âmbito indigenista (CIMI, CTI, etc.) que mereceriam igualmente ser divulgadas mais amplamente.

Talvez seja possível se propor uma divulgação articulada destas experiências através de canais de divulgação já existentes no campo indigenista (Cadernos da CPI-SP, Levantamento Indígena do CEDI, p.ex.).

Foi levantada a necessidade de a equipe dispor de equipamento para revelação e ampliação de fotografias em branco e preto, tendo em vista a falta de recursos neste sentido em Amambai.

A importância desta documentação para o próprio PKN e memória histórica dos Guaranis no MS justifica a nosso ver tal proposta que poderá ser viabilizada com relativamente poucos recursos, caso se opte por uma solução adequada sem muita sofisticação técnica.

- Institucionalização do PKN:

Até o momento o PKN não constituiu personalidade jurídica própria, o que vem sendo encaminhado junto a um advogado que recentemente lhes entregou uma minuta desta institucionalização, que deverá ser concluída nos próximos meses.

São Paulo, 24 de julho de 1.984

Jos Schoenmaker

Amauri Falseti

cc.: Diretoria FS
Conselho Consultivo
a/c Carlos Alberto Ricardo
ADB
Bfaw
PKN

JS/tcmf.